Por Antonio Penteado Mendonça



As chuvas de verão se transformaram nas tempestades de verão. Não é mais caso de mudanças climáticas, mas de emergência climática, as mudanças já ocorreram, agora, estamos diante de suas consequências, invariavelmente devastadoras, com um potencial de dano inimaginável até poucos anos atrás.

Não que as tempestades não acontecessem no passado. Aconteciam, tanto que na década de 1960 Caraguatatuba foi soterrada por um mar de lama que desceu da serra e cobriu grande parte da cidade. Santa Catarina também tinha inundações sérias e a Serra Fluminense desde sempre foi palco de tragédias que matavam dezenas de pessoas e destruíam importantes áreas urbanas, principalmente na cidade Petrópolis.

A natureza sempre foi muito mais poderosa do que a força humana. Nós podemos muito pouco contra sua violência. E aí tanto faz ser nação rica, ou nação pobre, na luta contra os elementos iremos perder sempre. É olhar as nevascas que varreram os Estados Unidos neste começo de ano e o tamanho dos danos que elas causaram.

O grande problema é que parece que o governo brasileiro não aprende. Entra ano, sai ano, as tempestades nos visitam regularmente e agora não é mais apenas no verão. Que o diga o Rio Grande do Sul, devastado por chuvas torrenciais no fim de abril, começo de maio, de 2024.

Da tragédia gaúcha para cá não foi feito nada em termos de planejamento, e muito menos em ações para minimizar os danos de uma situação que não tem remédio. Tirando os discursos de praxe, feitos por políticos de todos os níveis e poderes, tentando capitalizar em cima da tragédia, não aconteceu nada no sentido de prevenir ou minorar os danos.

Mesmo o litoral norte paulista, devastado em 2023 por chuvas torrenciais que atingiram São Sebastião, não foi tratado com a profundidade necessária para evitar ou minimizar eficazmente os danos de um novo evento das mesmas proporções e suas consequências para a população.

Existem dois grandes grupos de soluções possíveis. O ideal é que elas fossem implantadas concomitantemente, mas isso seria acreditar em Papai Noel. Não vai acontecer.

O primeiro grupo contempla as soluções para evitar os danos, não porque seja possível conter a violência dos elementos, mas porque é possível implementar ações que retirem a população que vive nas áreas de risco, bem como realizar um programa de planejamento de ocupação do solo. Mas é certo que isso não acontecerá no futuro próximo.

O segundo grupo, com possibilidade de implementação rápida, é o que trata das soluções para minimizar as perdas, depois de um evento severo atingir uma determinada região. Aí entram desde

a criação de um fundo nacional para catástrofes climáticas, até o desenvolvimento de programas de seguros, com garantias obrigatórias e coberturas emergenciais para as vítimas terem condições mínimas de qualidade de vida, logo após serem atingidas.

As companhias de seguros já apresentaram soluções para as duas situações e estão abertas para a discussão, mas, incompreensivelmente, o governo federal até agora não mostrou sensibilidade para tratar do tema. Sem sua participação, todo o resto é letra morta.

**Fonte**: O Estado de São Paulo, em 16.03.2026.